

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Faculdade de Educação
Curso de Especialização em Formação de Educadores para Educação Básica –
LASEB

Hebe Maria José da Silva

ESTUDANTE CODA: desafios e estratégias na comunicação entre escola e família

Itabirito

2025

Hebe Maria José da Silva

ESTUDANTE CODA: desafios e estratégias na comunicação entre escola e família

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Especialização em Formação de Educadores para Educação Básica da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Docência e inclusão escolar: pessoas com deficiência e a prática pedagógica na escola.

Orientadora: Dra. Jáima Pinheiro de Oliveira

Itabirito

2025

S586e
TCC

Silva, Hebe Maria José da, 1984-
Estudante coda [manuscrito] : desafios e estratégias na
comunicação entre escola e família / Hebe Maria José da Silva. -- Belo
Horizonte; Itabirito, 2025.
40 p.

Monografia -- (Especialização) - Universidade Federal de Minas
Gerais, Faculdade de Educação.
Orientadora: Jáima Pinheiro de Oliveira.
Bibliografia: f. 37-40.
Apêndices: f. 41-42.

1. Educação. 2. Educação básica. 3. Educação inclusiva.
4. Inclusão em educação. 5. Educação especial. 6. Filhos de pais surdos.
7. Família e escola. 8. Professores de educação especial -- Formação.
9. Itabirito (MG) -- Educação.
I. Título. II. Oliveira, Jáima Pinheiro de. III. Universidade Federal de
Minas Gerais, Faculdade de Educação.

CDD- 371.912

Catálogo da fonte: Biblioteca da FaE/UFMG (Setor de referência)

Bibliotecário: Ivanir Fernandes Leandro CRB: MG-002576/O

ATA DE DEFESA



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
Curso de Especialização em Formação em Docência para
Educação Básica

ATA DE DEFESA DO NONINGENTÉSIMO VIGÉSIMO NONO TRABALHO FINAL DO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM FORMAÇÃO DE EDUCADORES PARA EDUCAÇÃO BÁSICA ÁREA DE CONCENTRAÇÃO DOCÊNCIA E INCLUSÃO ESCOLAR: PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E A PRÁTICA PEDAGÓGICA NA ESCOLA

Aos doze dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e cinco, realizou-se, na Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, a apresentação do trabalho final de conclusão do Curso de Especialização Formação em Docência para a Educação Básica – com o título “**Estudante CODA: desafios e estratégias na comunicação entre escola e família**”, do(a) aluno(a) **Hebe Maria José da Silva**. A banca examinadora foi composta pelos seguintes professores: Jaima Pinheiro de Oliveira (orientador) e João Marcelo dos Santos Pereira. Os trabalhos iniciaram-se às 8h30, atendendo a uma escala de apresentações definida pelo(a) orientador(a). Após a apresentação oral do trabalho, a banca examinadora fez uma arguição ao aluno(a). A banca se reuniu, em seguida, sem a presença do(a) aluno(a) e do público, para fazer a avaliação final. Em conclusão, a banca examinadora considerou o trabalho APROVADO. O resultado final do trabalho foi comunicado ao aluno(a), que deverá encaminhar à Secretaria do curso a versão final em meio digital para (laseb@fae.ufmg.br) e submeter o trabalho salvo em formato PDF de acordo com as orientações da Biblioteca universitária da UFMG, Repositório Institucional (www.repositorio.ufmg.br). Nada mais havendo a tratar, eu, Luciana Gomes da Luz Silva, secretária do colegiado do curso, lavrei a presente ata que, depois de lida e aprovada, será por mim assinada e pelos demais membros presentes. Belo Horizonte, 12 de julho de 2025

Aluno(a) Hebe Maria José da Silva
Hebe Maria José da Silva

Registro na UFMG: 2024694394

Jaima Pinheiro de Oliveira
Profa. Dra. Jaima Pinheiro de Oliveira
Orientador(a)

João Marcelo dos Santos Pereira
Prof. Ms. João Marcelo dos Santos Pereira
Professor(a) Convidado(a)/avaliador(a)

Luciana Gomes da Luz Silva
Secretária do Colegiado de Curso de Especialização
Em Formação em Docência para Educação Básica

RESUMO

O estabelecimento de uma parceria escola-família do estudante CODA (Children of Deaf Adult) - expressão que traduzida para o português significa “filhos de pais surdos”, passa pela eliminação de possíveis barreiras e a garantia do direito de acessibilidade. Neste contexto, este trabalho se propôs a investigar como os Centros Municipais de Educação Infantil (CMEI's) e as escolas municipais de Itabirito identificam os pais e ou responsáveis de estudantes, em especial os CODA e quais ações ou iniciativas são realizadas para acolher e integrar as famílias desses estudantes. A pesquisa baseou-se na aplicação de questionário enviado à Secretaria Municipal de Educação (SEMED) de Itabirito e às instituições municipais que foram identificadas pela Secretaria por possuírem estudantes CODA. Destaca-se nas devolutivas para a pesquisa, que os responsáveis surdos foram identificados durante a matrícula e que a forma de comunicação ocorre de maneira diversa nos diferentes momentos de atendimento das famílias. Ainda nos resultados, a necessidade de intérprete em Libras e a capacitação da equipe escolar foram ações sugeridas para aprimorar a identificação e comunicação de pessoas surdas.

Palavras-chave: estudante CODA; acessibilidade; parceria escola-família.

ABSTRACT

The establishment of a school-family partnership for CODA (Children of Deaf Adults) students—which refers to children of deaf parents—requires the elimination of potential barriers and the guarantee of accessibility rights. In this context, this study aimed to investigate how the Municipal Centers for Early Childhood Education (CMEIs) and municipal schools in Itabirito identify the parents or guardians of students, particularly CODA students, and what actions or initiatives are undertaken to welcome and integrate these families. The research was based on a questionnaire sent to the Municipal Department of Education (SEMED) of Itabirito and to the municipal institutions identified by the department as having CODA students. The responses revealed that deaf guardians were identified during the enrollment process and that communication with families varies at different points of interaction. The results also highlighted the need for Brazilian Sign Language (Libras) interpreters and for training the school staff, which were suggested as actions to improve the identification and communication with deaf individuals.

Keywords: CODA student; accessibility; school-family partnership.

SUMÁRIO

MEMÓRIAS QUE INSPIRARAM A ESCOLHA DO TEMA	7
1 INTRODUÇÃO	13
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	15
2.1 Algumas características da pessoa CODA no contexto escolar: um olhar atento	15
2.2 Um olhar sobre a legislação da Língua Brasileira de Sinais	17
3 PERCURSO METODOLÓGICO	21
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO	24
4.1 Dialogando com os resultados da Secretaria	24
4.2 Dialogando com os resultados das escolas municipais e Centros Municipais de Educação Infantil	28
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	35
REFERÊNCIAS	37
APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE ITABIRITO	41
APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO: CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ESCOLA MUNICIPAL DE ITABIRITO QUE POSSUEM ESTUDANTE CODA	42

MEMÓRIAS QUE INSPIRARAM A ESCOLHA DO TEMA

Querido(a) leitor(a),

Compartilho com você que agora lê estas linhas, algumas lembranças da minha trajetória acadêmica. Estas lembranças, fazem recortes de vivências e oportunidades que me levaram à escolha do tema. Como ponto de partida, uma recente visita que fiz na escola na qual cursei todo o meu ensino fundamental me levou a debruçar sobre essa escrita que agora passo a partilhar com você. Quando coloquei meus pés no corredor da Escola Estadual Cônego Mauro de Faria, os pisos vermelhos e sempre lustrados, que ainda hoje abrigam o brilho e os sinais de cuidado dedicado ao espaço da escola, mas também trazem à memória, a intensa transformação causada pela primeira biblioteca da escola, organizada no pequeno corredor. Contos, poesias, romances, teatros, são alguns dos gêneros literários que encontrava na biblioteca, mas tenho certeza que você teria adorado as coleções que até hoje fazem parte da lembrança de muitos brasileiros.

Os pisos vermelhos que abrigavam a biblioteca, não guardam mais as poesias e histórias contadas em livros, mas continuam sendo testemunhas das histórias de quem passa pela escola. Localizada em Bandeirantes, distrito situado a doze quilômetros do município de Mariana, Minas Gerais, a escola passou por mudanças ao longo de seus anos, mas alguns espaços continuam por lá. Além dos corredores com seus pisos vermelhos, as quatro salas da escola continuam fazendo parte desse espaço. Atualmente, uma delas abriga a biblioteca, isso porque a escola foi ampliada e agora recebeu outras salas, um laboratório e até uma quadra de esportes.

Quando falo dessa ampliação do espaço, acredito que você possa ter conseguido imaginar o quanto ela era pequena. Nessa escola, havia apenas uma turma de cada ano escolar, divididos em dois turnos e com uma média de dez alunos por sala. Em relação às turmas, algumas coisas mudaram ao longo dos anos, talvez as mais significativas foram: o número de alunos, que agora é um pouco maior e o público que agora é mais flutuante.

Quando cursei o ensino fundamental, era possível conhecer todos os colegas, suas famílias e um pouco de suas histórias, dentro da escola e no pequeno distrito.

Foi neste cenário escolar e de comunidade, que conheci a primeira pessoa com trissomia do cromossomo 21 (Síndrome de Down). Não estudei na mesma sala deste aluno, inclusive ele nem era da mesma faixa etária da maioria dos alunos que frequentava a escola, mas ele estava lá, convivendo conosco nas salas de aula, no recreio, no refeitório e por sucessivos anos repetindo a mesma série/ano. A cozinheira da escola era irmã desse aluno, e não me recordo de alguma luta ou falas que sugerissem ou exigissem planejamento adaptado para as necessidades dele. Acredito que a família não esperava ou desconhecia os seus direitos, pois o estar em diferentes espaços parecia o mais importante para ela. Esta pessoa sobre a qual lhe falo, estava também no campo, na igreja, na corporação musical e nos muitos espaços da comunidade, não era invisível, mas também não recebia adaptações para atender suas necessidades específicas.

Penso, que talvez esteja se perguntando porque comecei a escrever sobre esta pessoa, mas é porque lembrei do brilho no olhar dele todas as vezes que era chamado a participar de algo. Na igreja, sempre estava ele tocando a sineta e entregando corretamente os objetos litúrgicos. No campo de futebol, ajudava com os uniformes e às vezes entrava no final da partida. Na corporação musical, não fazia a leitura da partitura, mas acompanhava com maestria as músicas que eram tocadas. Toda ação realizada e valorizada em comunidade, dava a ele um brilho intenso no olhar e um sorriso contagiante. Anos depois, este aluno deixou de estudar ou estar na escola, passando a frequentar a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) na cidade de Mariana.

A escola deste distrito sempre foi um dos meus lugares favoritos, talvez seja porque tendo vindo de outra cidade – acho que ainda não te contei que nasci em Diadema, São Paulo – às vezes me sentia “um peixe fora d’água”. Ou pode ser também porque sempre amei estudar ou ainda, pelo meu jeito mais tímido e reservado e, sendo a escola pequena e este lugar conhecido, o espaço foi se tornando quase um lar. Este lugar do conhecido e da familiaridade, às vezes se organizava para trazer mais movimento para a escola, com seus jogos internos escolares, festas juninas, festa da família, feiras de ciências e alguns poucos teatros, baseados em livros ou em programas de televisão. Mas tudo ainda me parecia muito próximo.

Quando fui cursar o ensino médio, já na sede do município, as turmas e a escola já não eram mais pequenas. Os professores não eram tão próximos de seus alunos. Os colegas que por anos haviam dividido a mesma sala de aula, agora estavam em salas, turnos, escolas diferentes ou haviam deixado de estudar. O ambiente antes familiar, agora abria espaço para o desconhecido. O professor que antes conhecia seus alunos pelo nome, agora andava com o horário em mãos para o ajudar a lembrar da sala que iria lecionar. Não sei se o ensino médio foi um lugar de boas lembranças para você, mas para mim, é um tempo de recordações, que me ajudaram a crescer e me ensinaram muito, mas não me trouxe a familiaridade antes sentida.

Quando ingressei no primeiro ano do ensino médio, as condições para acesso e permanência na escola eram diferentes das que vejo hoje. Atualmente, o município precisa destinar um orçamento para o transporte dos estudantes, quando as escolas não estão localizadas próximas aos alunos. Quando iniciei no ensino médio, o pagamento do transporte saía do orçamento da própria família. Também era responsabilidade da família, a compra do uniforme e o investimento em materiais escolares, incluindo os livros didáticos.

Um dia, talvez você me conte como foi a sua experiência no ensino médio, mas enquanto este dia não chega, peço licença para lhe contar um pouco de como foi a minha, principalmente no que se refere à permanência.

Vindo de uma família com quatro irmãos, sendo que três desses estudavam em Mariana, e tendo a família que complementar a renda com venda de verduras, talvez você consiga imaginar o quão difícil era permanecer estudando. Não sei definir qual cálculo era o mais presente na minha família, mas sei que a multiplicação do valor do transporte era uma conta que se fazia constantemente. Três filhos estudantes, seis passagens diárias, trinta semanais e uma média de cento e vinte por mês, ou seja, era quase impossível o orçamento da família fechar de forma positiva ao final do mês. Para minha família e eu, a solução para este impasse não era o abandono escolar, como muitos de meus colegas fizeram, mas sim fazer alguns sacrifícios para permanecer na escola. Foi por este motivo que, diariamente, após as aulas que terminavam às onze horas e trinta minutos, eu andava doze quilômetros até minha residência, sempre na companhia do meu irmão, enquanto mantínhamos

o sonho de continuar estudando. Em meados de setembro desse mesmo ano, alguns alunos passaram a receber vale-transporte, o que no ano seguinte passou a ser uma realidade para todos os alunos que moravam na zona rural, mas que estudavam o ensino médio na sede do município de Mariana.

Mesmo com todos esses desafios, o percurso dentro do ensino médio ocorreu sem maiores dificuldades e sem maiores afetos. Embora atividades como feira de ciências e jogos escolares, esses externos, ainda fizessem parte da minha trajetória escolar, as lembranças não estão revestidas do mesmo brilho e familiaridade que vivi no ensino fundamental. No ensino médio, convivi com muitas pessoas, mas fiz poucas amizades que ainda permanecem. Não me recordo de pessoa com deficiência nesta escola, talvez esta fosse invisível ou estivesse ocultada por alguma característica dada à pessoa.

Em 2011, quando ingressei na faculdade, voltei a ver o brilho que havia lhe falado inicialmente. Ele não estava no piso, no espaço ou em outras pessoas, ele fazia parte de mim. No primeiro período da graduação, embora estivesse em um curso que inicialmente não era a minha primeira opção, rapidamente as discussões de Fundamentos, Psicologia, História, Políticas da Educação, entre outras disciplinas se aproximavam muito daquilo que acreditava como educação e no seu poder de transformar vidas.

No primeiro ano de faculdade, enquanto ampliava as discussões das disciplinas que faziam parte do curso, realizado no período noturno, atuava como monitora de alunos em um Programa Municipal de Escola em Tempo Integral - Mariana Cidade – Escola. Posteriormente, tornei-me bolsista de iniciação à docência no Projeto de Estímulo à Docência da Universidade Federal de Ouro Preto. Estas experiências fizeram diferença na minha formação, pois nos encontros com alunos de diferentes faixas etárias e nas diversas instituições que trabalhei, as questões familiares e de indisciplina eram recorrentes. Também nestas experiências, tanto de faculdade quanto de projeto, não me recordo de alunos público da educação especial. Foi por essa ausência de convivência, por uma tentativa frustrada de estagiar na APAE e por esta situação que agora passo a lhe escrever, que a Língua Brasileira de Sinais (Libras) se torna um dos meus focos de estudo e pesquisa.

Acredito que reconheça na minha graduação, a realidade de muitos universitários brasileiros, no qual vivemos o sonho de estar na faculdade e deparar com os inúmeros desafios de conciliar graduação e trabalho. Destaco para você este aspecto, pois o curso de Pedagogia, que possui algumas ofertas de “introdução a”, propõe no período da tarde, trinta das suas sessentas horas de uma disciplina de Introdução a Libras. A educação para a sensibilidade e realidade também tem suas dificuldades dentro da universidade. No embate entre alunos e universidade, saímos todos perdendo, pois a professora doutora que lecionaria a disciplina, foi substituída por outra profissional, que aceitou transformar em trabalho de campo, parte das trinta horas da disciplina que seria ofertada à tarde.

Em 2015, quando concluí a faculdade, ainda ansiava por mais conhecimento. Em algumas disciplinas meu conhecimento ainda se limitava à “introdução a...” e foi por este motivo que buscava oportunidades de ampliar meus conhecimentos. No mesmo ano, na cidade de Mariana, fiz um curso básico de Libras com uma professora ouvinte. Os colegas de cursos também eram ouvintes e a ocupação no mercado de trabalho e motivação para o curso eram variadas. Tinha professoras em busca de mais conhecimento, atendente de banco buscando oportunizar acessibilidade aos seus clientes, balconista de loja querendo ampliar sua rede de atendimentos e amantes da Libras procurando promover a língua. O curso teve duração de um semestre, mas a partir desse, outras oportunidades surgiram, como a do ano seguinte, quando tive contato com a primeira pessoa surda. Na formação que realizei, dividida em dois módulos, o professor era surdo e era acompanhado por estudantes que auxiliavam na interpretação. A experiência me manteve em contato com pessoas interessadas em ampliar o contato com a Libras nos diferentes espaços.

Em 2018 fui chamada para assumir a vaga de concurso como supervisora escolar, no município de Itabirito. Foi neste ano que tive contato com a primeira criança com diagnóstico de Transtorno do Espectro Autista (TEA). Os desafios foram muitos e a falta de experiência dificultava ainda mais na realização das intervenções e adaptações.

Mas ainda nesta minha trajetória de estudante e supervisora, em 2020 tive a oportunidade de realizar mais um curso de Libras. Ele era direcionado a professores do Estado de Minas, mas como nem todas as vagas foram preenchidas, as

remanescentes foram ofertadas para os profissionais do município e assim, realizei mais um curso com professor surdo. Desta vez, o desafio era o formato online, por causa da pandemia da COVID-19. No entanto, mesmo com as dificuldades de acesso à internet, foi gratificante mais uma vez estar em contato com o surdo e poder receber meu sinal, conforme acordo da comunidade surda.

A rede de convivência com pessoas surdas estava ampliando e em 2022 e 2023 acompanhei crianças CODA – Child of Deaf Adults. Não sei se você conhece, mas esta é uma expressão utilizada para identificar os “filhos ouvintes de pais surdos”.

Mesmo realizando mais um curso de Libras em 2023, ainda não me senti pronta para a comunicação com os pais das crianças que atendia. A sensação de não acolhimento destas famílias, causava em mim a necessidade de conhecer mais sobre a Libras e de proporcionar a estas famílias, o direito de comunicação na sua língua, que atualmente é legalmente reconhecida. E, por causa da inquietação que sinto desde a faculdade e pelo sentimento de ausência de ações que acolham na rede do município de Itabirito, as angústias, as dúvidas, as alegrias e afetos que possam vir a ter os familiares surdos que possuem filhos ouvintes em nossas escolas, que me propus a discutir a temática “estudante CODA: desafios e estratégias na comunicação entre escola e família”.

Me despeço de você, caro leitor, contando algo que ocorreu no fim do ano passado, quando depois de muita luta e muitas negativas, conseguimos na unidade escolar, um profissional para interpretar um teatro realizado no Centro Municipal de Educação Infantil, no qual a mãe e pai da criança estavam presentes. Neste dia, a responsável se sentiu tão feliz, que nos comunicou em vários momentos que estava emocionada por se sentir acolhida. E sabe aquele brilho, ele estava presente naquele ambiente, como forma de agradecimento, realização pessoal e expectativa de novos tempos em relação ao acesso e à promoção da Libras, incluindo para as famílias de estudantes/filhos CODA.

Com carinho,

Sempre Estudante de Libras

1 INTRODUÇÃO

A presente Análise Crítica da Prática Pedagógica (ACPP), investiga nas escolas municipais e Centros Municipais de Educação Infantil (CMEI's) no município de Itabirito, os desafios e as estratégias na comunicação com as famílias de estudantes CODA (*Children of Deaf Adults*) - termo que traduzido para o português significa “filhos de pais surdos”.

A instituição escolar, como espaço dedicado à garantia do direito constitucionalmente assegurado, tem como um de seus fundamentos promover o desenvolvimento integral do público da educação, em suas diferentes dimensões e modalidades. Essa formação está intrinsecamente ligada à sociedade e à comunidade escolar como um todo, o que exige da escola a promoção de uma aprendizagem crítica, reflexiva e sensível à multiplicidade e à singularidade de cada indivíduo.

O lugar de direitos da criança e do adolescente para que possam ser educados e cuidados é a família, em suas diferentes composições. É ainda na família o lugar privilegiado, onde influenciados pela crença, cultura, período histórico, valores, dentre outros fatores que afetam diretamente nas relações, que os indivíduos vão se constituindo individualmente e socialmente.

Neste contexto de formação e desenvolvimento integral da criança e do adolescente, é fundamental que a família e a escola estabeleçam uma parceria de respeito mútuo, onde se sintam acolhidos e respeitados em suas funções. Promover oportunidades e momentos de encontros e trocas de ideias é papel da escola na construção desta relação com os responsáveis. Neste processo, a instituição de ensino precisa conhecer as famílias que são parte de sua comunidade escolar, e assim, buscar promover ações que eliminem possíveis barreiras e impeçam ou dificultem a acessibilidade de seus membros.

A acessibilidade pode ser entendida como a possibilidade que um indivíduo tem de compreender e interagir com o espaço urbano, bem como de comunicar-se com outros cidadãos, tendo ou não limitações de mobilidade ou de percepção sensorial. Um espaço acessível implica em possuir acessibilidade às edificações, ao meio urbano, aos transportes, à comunicação e aos serviços, o que nos mostra que um

espaço acessível é um direito de todos. (Nunes; Lima; Valques; Soares, 2007, p.2).

Considerando a Lei 13.146/2015, que trata da inclusão da pessoa com deficiência, a acessibilidade é um direito dessas pessoas e qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que possa impedir a comunicação e informação é considerada uma barreira (Brasil, 2015). No contexto escolar e comunicacional, é essencial refletir sobre como, com o apoio dos órgãos competentes, podem ser promovidas e fortalecidas as parcerias com as famílias de crianças e adolescentes ouvintes, cujos responsáveis são surdos, de forma a reconhecer a deficiência, acolher suas demandas e garantir uma comunicação efetiva e inclusiva.

No contexto da legislação, observa-se que a Libras é um direito da pessoa surda, sendo uma forma de acessibilidade comunicacional garantida nos espaços públicos. Além disso, para a pessoa surda, estudante ou não, a Libras é sua primeira língua, elemento essencial de sua identidade. São nos cenários e relações cotidianas que o uso da Libras se estabelece como primeira língua da pessoa surda e como manifestação de sua cultura. Para o estudante CODA, que tem uma relação próxima tanto com a língua falada quanto com a Libras, acompanhar sua família sendo acolhida na língua de sinais, é uma forma de conexão escola-família, de formação integral e respeito à diversidade.

Para esta pesquisa, foram utilizadas fontes bibliográficas e aplicação de questionário. Inicialmente, o instrumento foi direcionado à Secretaria Municipal de Educação do município de Itabirito. Em seguida, com base nas informações fornecidas pela Secretaria, o questionário foi aplicado às instituições escolares municipais que possuem estudantes CODA.

A partir dos resultados da pesquisa, busca-se promover a divulgação de ações e iniciativas que possibilitem a comunicação das famílias de alunos CODA e propor estratégias complementares que levem em consideração a garantia da acessibilidade comunicacional para famílias desses estudantes.

Para iniciar esta análise crítica, serão abordadas algumas características da pessoa CODA, com ênfase no contexto escolar, além de um breve histórico da legislação sobre a Língua Brasileira de Sinais. Em seguida, será traçado o percurso

da pesquisa, identificando as escolas e CMEI's que possuem alunos ouvintes com pais surdos. Por fim, serão analisados os resultados obtidos, destacando-se propostas complementares voltadas à acessibilidade comunicacional.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Algumas características da pessoa CODA no contexto escolar: um olhar atento

No campo das pesquisas sobre a pessoa CODA, é comum encontrar estudos que abordam aspectos relacionados à identidade, à cultura e às questões linguísticas, especialmente no que diz respeito à escolarização e ao fato de a maioria desses sujeitos serem considerados bilíngues. Embora tais estudos ofereçam contribuições importantes sobre os filhos ouvintes de pais surdos, esta análise direciona seu olhar especificamente para o estudante CODA, que, por ser ouvinte, muitas vezes tem essas características negligenciadas. Além disso, observa-se que os próprios responsáveis por esses estudantes, frequentemente têm suas funções desconsiderada pelas instituições escolares.

A identidade CODA constitui um campo singular, onde o sujeito que vive esta experiência encontra-se, desde o seu nascimento, imersa na relação com o silêncio e com a língua de sinais. Ao mesmo tempo, encontra-se em contato com pessoas ouvintes, desenvolvendo a compreensão dos sons e da língua, em todas as situações nas quais as informações sonoras tenham significado (Alberton e Antunes, 2024). Por viverem esta experiência cotidiana marcada pelo ser “entre”, os CODA são representantes da ideia de identidade de fronteira, desenvolvida como especificidade identitária (Andrade, 2011).

No processo de compreender quem é esse sujeito que vivencia esta relação intensa tanto com o silêncio quanto com o mundo ouvinte, encontramos uma pessoa que internaliza duas estruturas linguísticas distintas. Essa vivência pode refletir-se de forma marcante na linguagem escrita, frequentemente influenciada pela língua de sinais, e na forma como são compreendidos no espaço que estão inseridos.

Por conviverem intensamente com a pessoa surda, é comum que os estudantes CODA sejam chamados, no ambiente escolar, a assumir

responsabilidades que não condizem com sua condição de criança ou adolescente estudante. Frequentemente, a ele é atribuída a função de representar a si mesmo, atuando como mediador da comunicação entre a escola e a família.

Nas instituições escolares que atendem estudantes CODA, é comum que a comunicação com os pais enfrente barreiras, muitas vezes decorrentes do desconhecimento da surdez e ou da língua de sinais por parte da escola. Como consequência, a comunicação com os pais é negligenciada ou estabelece-se, quase que naturalmente, uma comunicação direta entre a escola e a criança. Segundo Alberton e Antunes, “mesmo na escola em que os CODA estudam, quando os professores precisam falar com os pais desses alunos, solicitam a mediação das crianças na comunicação” (2024, p.13). Ao não compreender aspectos essenciais da cultura surda e, frequentemente, por desconhecer a Libras, a escola acaba contribuindo para o afastamento entre os estudantes e seus pais, além de reforçar um dos elementos mais criticados pelos próprios CODA:

O exercício que os filhos assumem, de interpretar informações do mundo ouvinte aos pais surdos e vice versa, está entre os principais aspectos de negatividade, pois essa responsabilidade, muitas vezes, impede que esses sujeitos usufruam de sua infância e isso, muitas vezes, faz com que os papéis se invertam, ou seja, ao invés dos pais tomarem conta dos filhos, são os filhos que tomam conta dos pais (Streiechen; Cruz; Krause-Lemke, 2019, p. 272).

No contexto escolar, quando a interpretação para os pais surdos é delegada aos seus filhos ouvintes, quando os espaços públicos direcionam a comunicação a terceiros ou quando a mesma é negligenciada, privando os pais de serem responsáveis ativos e ou participantes envolvidos na vida escolar de seus filhos, é notório que a legislação ainda não se cumpre nestas instituições públicas, tendo em vista que, a eliminação de barreiras comunicacionais e atitudinais estão previstas na legislação. Assim, garantir aos pais de estudante CODA, que a interpretação em Libras seja realizada por profissional formado conforme regula a legislação é um direito adquirido pela pessoa com deficiência auditiva e ou surda.

Compreender profundamente as características culturais, sociais e linguísticas do estudante CODA é um importante passo para fortalecer a relação entre a escola e as famílias. Reconhecer e valorizar as especificidades do CODA nas instituições

escolares, faz um movimento em prol do acolhimento de diferentes aspectos, dentre eles, a garantia do uso da Libras como direito assegurado às pessoas surdas que utilizam a língua de sinais como meio de comunicação.

2.2 Um olhar sobre a legislação da Língua Brasileira de Sinais

A inclusão social de um povo, de sua identidade e da expressão de sua cultura é fundamental para que ele se sinta parte integrante da sociedade. Neste contexto, o presente diálogo propõe uma reflexão sobre o uso da Língua Brasileira de Sinais (Libras) nos espaços públicos, com foco especial no ambiente escolar. Para isso, são abordados aspectos como a parceria entre a escola e a família do estudante CODA, além da apresentação de legislações relevantes que visam garantir a acessibilidade e eliminar possíveis barreiras comunicacionais.

Ao longo dos anos, muitos foram os enfrentamentos da pessoa surda para que sua língua fosse reconhecida, compreendendo que por possuir estrutura e regras próprias, é garantido a ela status de língua. A partir da Constituição Brasileira de 1988, as lutas pelos direitos começam a se tornar mais evidentes em diferentes âmbitos e grupos sociais. Ao trazer em seu artigo 3º, inciso IV, uma importante contribuição, destacando que um de seus objetivos fundamentais é “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (Brasil, 1988, p.1), a Constituição Brasileira possibilita que os grupos sociais tenham uma perspectiva mais inclusiva, democrática, de reconhecimento de suas lutas e de acesso a seus direitos.

Diversos foram os debates e as lutas, promovidas principalmente pelos envolvidos diretamente com a comunidade surda, para que as leis fossem aprovadas e os direitos fossem garantidos. A Lei 10.436, que reconhece a Libras como meio legal de comunicação, teve o seu processo de construção iniciado em 1993, por meio de um projeto de lei, que tinha por objetivo o reconhecimento da Libras como língua oficial do Brasil. Sua tramitação e debate ocorreu no Congresso Nacional, com a participação de representantes da comunidade surda, especialistas em Libras e representantes do governo.

Publicada no Diário Oficial em 25 de abril de 2002, a Lei 10.436 trouxe grandes avanços para a comunidade surda. Em seu artigo 1º, reconhece como “meio legal de

comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais – Libras e outros recursos de expressão a ela associados” (Brasil, 2002, p.1). Ao conferir legalidade a essa modalidade linguística, reconhece-se a Libras como uma língua de natureza visual motora, que possui estrutura gramatical própria. Em seu parágrafo único, nesta lei menciona-se que a Libras é a “forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constituem um sistema linguístico de transmissão de idéias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil (Brasil, 2002, p.1).

Para além desta importante contribuição, ao reconhecer a Libras como um meio legal de comunicação, a lei orienta que sejam garantidas formas institucionalizadas de apoiar e difundir a língua, tornando-a mais acessível às pessoas, conhecida e valorizada.

Em 2004, após diversos debates, com participação de representantes da comunidade surda, especialistas em Libras e representantes do governo, é publicada no diário oficial a abertura de uma consulta pública ao projeto de decreto que tinha como objetivo regulamentar a Lei nº 10.436/2002 e o art. 18 da Lei 10.098/2000.

Finalizada as etapas de debate e consulta, em 22 de dezembro de 2005 foi publicado no diário oficial o Decreto 5626. No contexto da lei e do artigo que trata o decreto, a regulamentação dada pelo documento, traz importantes contribuições para Língua Brasileira de Sinais (Libras), sendo uma delas em suas disposições preliminares, ao definir e distinguir pessoa com deficiência auditiva de pessoa surda.

Para efeitos desta análise crítica, o capítulo cinco do referido decreto, em seu artigo 17, faz um esclarecimento em relação a um aspecto fundamental, a formação do tradutor e intérprete de Libras – Língua Portuguesa, que precisa ser efetivada “por meio de curso superior de Tradução e Interpretação, com habilitação em Libras - Língua Portuguesa” (Brasil, 2005, p.5). Assim, não é garantido a uma pessoa ouvinte, cujo o pai ou mãe seja surdo, tornar-se intérprete da Língua de Sinais (LS), pois “é preciso que todos, inclusive os filhos de surdos, passem por uma formação acadêmica que lhe dê garantias de fluência e conhecimentos sobre todos os aspectos específicos da LS e estratégias necessárias para essa profissão” (Streiechen; Cruz; Krause-Lemke, 2019, p. 265).

Estabelecidos os critérios necessários para a formação do tradutor e intérprete de Libras e a obrigatoriedade do poder público de cuidar da formação de intérpretes de língua de sinais, um outro aspecto ganha destaque no Decreto 5.626, a garantia do direito da pessoa surda ou com deficiência auditiva de ser atendida na sua língua, em qualquer espaço público ou espaço privado de atendimento público. No mesmo sentido, o Decreto nº 5.296/2004, em seu Capítulo II, Art. 6º, prevê que o atendimento para a pessoa com deficiência auditiva seja “prestado por intérpretes ou pessoas capacitadas em Língua Brasileira de Sinais - Libras e no trato com aquelas que não se comuniquem em Libras [...]” (Brasil, 2004, p.3).

A Lei 14.704/2023, altera a Lei 12.319 criada em 1º de setembro de 2010, “para dispor sobre o exercício profissional e as condições de trabalho do profissional tradutor, intérprete e guia-intérprete da Língua Brasileira de Sinais (Libras)” (Brasil, 2023, p.1). Em sua redação, a lei apresenta as atribuições e a postura do profissional, além dos critérios para o exercício da profissão (Brasil, 2023).

A Libras será difundida e reconhecida por surdos e ouvintes quanto mais a pessoa surda ou com deficiência auditiva for atendida na sua língua, participando ativamente da vida em sociedade. Cabe ao serviço público e às empresas que possuem a concessão ou permissão de serviço público, apoiar e ajudar a difundir a Libras, prevendo inclusive em seu orçamento, auxílio para este fim. O último capítulo do Decreto 5626/2005, em suas disposições finais, artigo 30, reforça a importância da atuação do poder público ao estabelecer que:

Os órgãos da administração pública estadual, municipal e do Distrito Federal, direta e indireta, viabilizarão as ações previstas neste Decreto com dotações específicas em seus orçamentos anuais e plurianuais, prioritariamente as relativas à formação, capacitação e qualificação de professores, servidores e empregados para o uso e difusão da Libras e à realização da tradução e interpretação de Libras - Língua Portuguesa (Brasil, 2005, p.9).

Destaca-se que, os orçamentos públicos devem contemplar recursos específicos para a promoção da Libras, assegurando sua difusão em instituições públicas e espaços educacionais, conforme prevê a legislação brasileira, em consonância com os princípios da acessibilidade e inclusão social. Neste sentido, vale reforçar que embora as unidades escolares possam promover ações que visem à

acessibilidade e inclusão de toda sua comunidade escolar, é tarefa do poder público destinar em seu orçamento recursos que garantam a formação, capacitação e qualificação de seus servidores e a realização da tradução e interpretação de Libras.

Se antes a Língua de Sinais (LS) sofria um processo de hierarquização com a Língua Portuguesa (LP) além de não poder ser difundida, como aponta Silva “os surdos da década de 60, juntamente com seus filhos CODA, vivenciaram muitas histórias, dentre elas os processos de negação da LS” (2019, p.8), as legislações presentes agora corroboram para legitimar as lutas da comunidade surda. Ao reconhecer a Libras como meio legal de comunicação, há um fortalecimento da prática e disseminação da língua, preservando sua estruturação pela comunidade surda e promovendo formação profissional, em acordo com as diretrizes aprovadas.

Em 2015, após um longo processo de discussões, consultas públicas e conquistas, iniciado em 2008 com Estatuto da Pessoa com Deficiência, é instituída a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Sob o nº 13.146, a lei é um marco importante na inclusão social e de cidadania da pessoa com deficiência, estabelecendo diretrizes para eliminação de barreiras, garantia de igualdade de direitos em diversos âmbitos e promoção da autonomia, independência e inclusão social.

Em seu Art. 2º, ao definir a pessoa com deficiência como sendo “aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas” (Brasil, 2015, p. 1), a lei traz um conjunto de questões a serem observadas na sociedade para que ocorra a efetiva participação da pessoa com deficiência, ou seja, para que haja a promoção da acessibilidade.

Uma das questões de destaque da legislação são as barreiras, classificadas em urbanísticas, arquitetônicas, atitudinais, tecnológicas, nos transportes, nas comunicações e informação. Para efeitos da Lei, considera-se barreiras:

Qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa, bem como o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento

e de expressão, à comunicação, ao acesso à informação, à compreensão, à circulação com segurança (Brasil, 2015, p.2).

Assim, para a pessoa surda ou com deficiência auditiva, a Libras é prevista como uma forma de interação entre os cidadãos, nos espaços públicos e privados. Cabe ao poder público, promover ações que possibilitem a “participação dos estudantes com deficiência e de suas famílias nas diversas instâncias de atuação da comunidade escolar” (Brasil, 2015, p.8).

Uma relação família-escola participativa, requer a promoção de práticas dialógicas e inclusivas, no caso específico de pais de estudantes CODA, práticas que considerem a singularidade linguística e cultural dos responsáveis. Assim, conhecer as especificidades deste sujeito, a forma como ele se comunica, torna-se um aspecto central para garantir participação efetiva dos responsáveis e o desenvolvimento integral do estudante.

Tendo em vista aspectos relacionados aos direitos de acessibilidade comunicacional e inclusão social, e neste contexto, aspectos que se relacione com as famílias de estudantes CODA que frequentam as escolas municipais e os CMEI's localizados na cidade de Itabirito, esta análise crítica investiga os desafios e as estratégias no acolhimento dos responsáveis, considerando aspectos relativos à legislação e à relação escola-família, onde se faz necessário uma comunicação que seja efetiva, acessível, inclusiva e que colabore para o desenvolvimento integral de seus estudantes.

3 PERCURSO METODOLÓGICO

O plano de ação é uma pesquisa, que se valeu de questionários para sua investigação e que foi desenvolvida com base em etapas que serão descritas a seguir.

A presente análise crítica, investiga nas escolas municipais e Centros Municipais de Educação Infantil (CMEI's) da cidade de Itabirito, os desafios e estratégias na identificação, acolhimento e comunicação com as famílias de estudantes CODA.

O cenário da pesquisa são as escolas municipais e CMEI's da cidade de Itabirito, município de médio porte, localizado no estado de Minas Gerais. Essas

instituições, identificadas por meio da Secretaria Municipal de Educação (SEMED) possuem em suas unidades alunos CODA e atendem estudantes da Educação Infantil, destinada a crianças de 0 a 5 anos e 11 meses, até o Ensino Fundamental, com duração de nove anos, podendo ter no espaço o atendimento de somente uma ou de ambas as etapas da Educação Básica.

Neste contexto, de natureza aplicada, a pesquisa foi desenvolvida a partir de uma abordagem qualitativa, na qual o processo investigativo teve como objetivo produzir informações que buscassem identificar e explicar como as instituições que recebem estudantes CODA, acolhem os desejos, os anseios, as dúvidas e promovem a efetiva participação de seus responsáveis na vida escolar de seus filhos. A análise utilizou-se da abordagem qualitativa por essa se preocupar com “aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais” (Silveira e Córdova, 2009, p.34).

Sendo a família o primeiro espaço destinado à formação da criança, onde as relações afetivas e de valores começam a ser estabelecidas, a escola apresenta-se como um espaço complementar, comprometida com saber sistematizado, com a ampliação do desenvolvimento integral e das relações que seus estudantes vão estabelecendo. Embora a escola e a família tenham suas funções bem definidas, a relação estabelecida entre ambas pode ser conflituosa e cercada por barreiras, inclusive comunicacionais. Se por um lado, segundo Oliveira e Marinho-Araújo, os professores relatam que “apesar de abrirem as portas da escola à participação dos pais, esses são desinteressados em relação à educação dos filhos, na medida em que atribuem à escola toda a responsabilidade pela educação” (2010, p. 103), por outro, a escola às vezes deixa à margem, pais surdos que possuem filhos ouvintes na escola:

Para a escola, os pais surdos são vistos como alienígenas. A escola não consegue atribuir a esses pais o status de pais, por que eles são surdos. Eles não são vistos como pais, mas vistos como surdos. A eles não é outorgado o direito de serem pais. A escola repassa à própria criança a responsabilidade dos pais, porque ela ouve (Quadros e Massutti, 2007, p. 257).

De modo a aproximar o leitor das questões da relação família-escola, mais especificamente da relação família de estudantes CODA e escola, esta análise crítica constituiu-se como uma pesquisa científica de caráter exploratório e descritivo, sendo desenvolvida a partir dessa situação, identificada em escolas e CMEI's da rede municipal já mencionada.

Considerando os objetivos da pesquisa, o questionário foi o instrumento utilizado para coleta de dados, pois ele “objetiva levantar opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas” (Gerhardt, Ramos, Riquinho e Santos, 2009, p. 69). Assim, em uma linguagem simples e direta, as perguntas foram encaminhadas a duas frentes de trabalho.

O primeiro questionário foi enviado à SEMED, constando duas perguntas, sendo a primeira relativa à identificação dos pais ou responsáveis pelos estudantes matriculados na rede, tendo em vista que o formulário, utilizado no processo de matrícula das escolas e CMEI's, são de origem da própria Secretaria do município. A segunda pergunta teve como proposta identificar quais escolas e CMEI's municipais possuem estudantes CODA. De acordo com a resposta fornecida pela Secretaria, um segundo questionário foi dirigido às instituições escolares que manifestaram possuir estudantes CODA em suas unidades, sendo estas, duas escolas e quatro Centros Municipais de Educação Infantil.

Conforme mencionado, a partir das informações obtidas por meio da SEMED, foi enviado à frente de trabalho, escolas e CMEI's, o segundo questionário da pesquisa. Com perguntas semiestruturadas, as questões foram organizadas de modo a permitir que o pesquisado pudesse apontar suas observações em relação ao tema, podendo também, sugerir estratégias para a comunicação com famílias de estudantes CODA.

Os resultados da pesquisa foram organizados em duas etapas de discussão. A primeira contempla as respostas fornecidas pela Secretaria de Educação às duas questões propostas no questionário. A segunda reúne as respostas das cinco instituições escolares que realizaram a devolutiva do questionário. Em ambas as etapas, serão promovidas discussões fundamentadas nos temas abordados ao longo do estudo.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O objetivo principal desta pesquisa foi identificar desafios e estratégias em relação à identificação, ao acolhimento e à comunicação com as famílias de estudantes CODA. Nessa direção, serão apresentados os resultados e discussões a partir das respostas dos questionários enviados às instituições, quais sejam: Secretaria Municipal de Educação, Escolas Municipais e Centros Municipais de Educação Infantil que possuem estudante CODA.

Na primeira parte, será aberto um diálogo com base no questionário realizado com a Secretaria Municipal de Educação, em que foram identificadas informações referentes aos pais e responsáveis, apresentadas na ficha de matrícula dos estudantes. Ainda tendo como referência o mesmo questionário, foram identificadas duas Escolas Municipais e quatro Centros Municipais de Educação Infantil (CMEI's) que possuem estudantes CODA.

Na segunda parte, será realizado um diálogo a partir do retorno de cinco instituições municipais que, de acordo com a própria Secretaria, manifestaram possuir CODA entre seus estudantes. Apenas um CMEI identificado na primeira parte não respondeu ao questionário da pesquisa. Em conversa informal com colegas deste curso de Especialização, foi levantada a hipótese de haver mais instituições que possuem estudantes com esse perfil, no entanto, foram seguidas as etapas estabelecidas nesta análise, a partir dos retornos, principalmente da Secretaria.

4.1 Dialogando com os resultados da Secretaria

A Secretaria Municipal de Educação desempenha papel fundamental no desenvolvimento educacional do município, na qual suas ações devem abranger a gestão de recursos, a formação continuada dos profissionais envolvidos com o processo de ensino aprendizagem, o acompanhamento de indicadores educacionais, e a promoção da equidade e inclusão, inclusive da comunidade escolar. Desse modo e tendo em vista que a Secretaria é um órgão público municipal, suas práticas visam o fortalecimento da participação coletiva nos processos pedagógicos e administrativos, sendo estas fundamentais para a corresponsabilidade de todos os envolvidos com a educação.

Assim, ao apresentar na página eletrônica da própria Secretaria Municipal de Educação (SEMED) da cidade de Itabirito, que suas ações possui “o intuito de promover uma educação de qualidade, pautada nos princípios do respeito aos direitos e deveres, valorizando o ser humano envolvido no processo de ensino aprendizagem” (Prefeitura de Itabirito, 2019 - 2025), a Secretaria reforça o seu compromisso com toda a comunidade escolar.

Compreende-se, portanto, que as ações e políticas voltadas à acessibilidade e a difusão da Libras é um dever do poder público, sendo estas, fundamentais para a promoção da inclusão social, da equidade e participação plena de pessoas com deficiência em espaços públicos.

Nessa direção, consideramos que as respostas da SEMED indicariam se as informações constantes na ficha de matrícula dos estudantes são suficientes para identificar, em seu público de familiares ou responsáveis, aqueles que possuem alguma deficiência, possibilitando ações que assegurem e promovam integralmente os direitos de participação na vida escolar de seus filhos. Ainda, espera-se identificar as escolas municipais e os CMEI's que possuem estudantes CODAS matriculados, considerando os anos de 2024 e 2025, período de realização da pesquisa.

Como resposta à primeira questão, a Secretaria informou, por meio do questionário, que no ato da matrícula dos estudantes, a unidade escolar registra o nome completo, endereço, telefone de contato e número de Cadastro de Pessoa Física (CPF) dos pais ou responsáveis.

Dessa forma, compreende-se que, durante o processo de matrícula, os pais ou responsáveis já podem se deparar com ambientes que acolham ou não, as deficiências ou mobilidade reduzida. Isso ocorre porque não há, nesse momento, nenhum mecanismo que permita a identificação prévia de alguma deficiência ou condição de mobilidade reduzida, assim como, nem a partir da ficha de matrícula.

Com relação a segunda resposta, a Secretaria de Educação identificou duas escolas municipais e quatro CMEI's que tem alunos CODA. No entanto, ficou demonstrado que a Secretaria precisou recorrer às próprias instituições escolares,

conforme observação no questionário “dados informados de acordo com as escolas que se manifestaram até o momento”.

Conforme previsto na Lei nº 13.146/2015, os direitos da pessoa com deficiência devem ser assegurados e promovidos (Brasil, 2015). Estas ações relacionam-se com a criação de mecanismos que garantam os direitos da pessoa com deficiência, sejam eles sociais ou institucionais. Ao assegurar os direitos da pessoa com deficiência, parte-se do princípio que os sujeitos do direito serão vistos e ouvidos, colocando seus sentimentos, impressões e necessidades àqueles que têm o dever de garantir a sua inclusão. A promoção dos direitos, implica em divulgar e incentivar o conhecimento sobre as legislações e as deficiências. Embora distintas, ambas as ações são necessárias para que nos diferentes espaços seja garantido a acessibilidade e inclusão de todas as pessoas.

Ter consciência das diretrizes legais e práticas de acessibilidade não é apenas uma obrigação normativa, mas também um instrumento de transformação social, pois reconhece na pessoa com deficiência seu potencial. A aplicação consciente desses conhecimentos contribui para eliminar barreiras físicas, comunicacionais, tecnológicas e atitudinais, possibilitando a participação plena de pessoas com deficiência em todos os setores da sociedade.

Mas, como garantir a acessibilidade de toda a comunidade escolar? Será que a escola possui conhecimentos prévios sobre o seu público, possibilitando assim, a eliminação de possíveis barreiras que impeçam a participação plena e igualitária, dos pais e responsáveis, na vida escolar de seus filhos? Estas foram algumas das indagações que nortearam a primeira questão da pesquisa, na qual a Secretaria de Educação respondeu que, na ficha de matrícula, conforme mencionado anteriormente, são registrados apenas nome, endereço, contato telefônico e CPF dos pais ou responsáveis.

Observada a resposta do questionário, verifica-se que as informações não trazem elementos que permitem que as escolas municipais e CMEI's conheçam previamente possíveis deficiências que envolvam os pais ou responsáveis de seus estudantes. É considerada uma barreira atitudinal “atitudes ou comportamentos que impeçam ou prejudiquem a participação social da pessoa com deficiência em

igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas” (Brasil, 2015, p.2). Ao desconsiderar na ficha de matrícula, informações referentes às possíveis deficiências dos pais ou responsáveis pelos seus estudantes, a Secretaria de Educação e, como consequência as instituições escolares, desconsidera informações fundamentais para possíveis ações de acessibilidade e inclusão, assumindo o risco de operar a partir de uma barreira atitudinal, à medida que desconhece seu público e as condições necessárias para a promoção de participação em igualdade de oportunidade.

Ainda que muitas outras possam ser as barreiras que impeçam a participação plena dos pais ou responsáveis na vida escolar de seus filhos, inclusive antes e durante a realização da matrícula, ter atitudes que resultam no desconhecimento das necessidades e especificidades de seu público traz consequências e limitações que podem refletir ao longo do ano escolar. Por outro lado, atitudes que possibilitem que as barreiras sejam superadas, como conhecer, para que sejam realizados os ajustes necessários, promove um ambiente mais inclusivo e colaborativo.

Entre os diversos aspectos da acessibilidade, a comunicação ocupa papel fundamental, ao possibilitar a interação entre as pessoas. Na escola, a comunicação precisa se dar desde a matrícula de seus estudantes, visto que a educação é dever do estado e da família e, sendo o poder público em geral, o responsável por apoiar a difusão e o uso da Libras, cabe a ele fomentar ações que possibilitem o acesso das pessoas surdas aos serviços públicos e à cidadania.

Ao ser perguntado sobre as escolas municipais e CMEI's que possuem estudantes CODA, a Secretaria de Educação precisou recorrer à manifestação dos responsáveis pelas instituições escolares, demonstrando não possuir mecanismos que a levassem à identificação imediata de aspectos referente à acessibilidade, para os diferentes membros de sua comunidade escolar.

Tendo como um de seus princípios, a valorização das pessoas envolvidas com o processo de ensino, e considerando que a família é parte deste processo, o estudante CODA membro integrante desta família pode ser visto como um agente de mudança, ao trazer consigo a necessidade de inclusão e também de se abrir portas para os diálogos sobre acessibilidade comunicacional.

Assim, conhecer e promover ações de acessibilidade é essencial para garantir inclusão plena nos diversos espaços da sociedade e em diversos momentos, como para o acesso e a permanência. A difusão da Libras, como previsto na legislação, exige políticas públicas eficazes, capacitação de servidores e presença da língua em espaços institucionais, promovendo equidade comunicacional e participação cidadã de pessoas surdas nos diferentes espaços.

4.2 Dialogando com os resultados das escolas municipais e Centros Municipais de Educação Infantil

Uma gestão escolar que seja democrática requer da relação escola e família, diálogo contínuo e inclusivo, de modo a promover acessibilidade para as pessoas com deficiência e ou mobilidade reduzida. Nas instituições escolares, uma escuta que seja ativa, precisa buscar acolher as especificidades e necessidades de toda comunidade escolar e se mobilizar para assegurar a acessibilidade a seus membros, possibilitando assim, a participação efetiva dos responsáveis e o desenvolvimento integral de seus estudantes.

Na relação da escola com estudante CODA e sua família, muitos podem ser os desafios encontrados no dia a dia, isso porque, reconhecer a cultura surda e superar os limites da comunicação, requer muitas vezes sensibilidade, diálogo acessível, formação profissional e valorização da experiência CODA, que mesmo nas crianças, podem ser demonstradas na sua forma de interagir com os seus pares e adultos. “A educação tem um papel importante na constituição de uma sociedade mais livre e plural, neste caso, a escola é fundamental como um espaço social em que as crianças vivem e convivem, e onde as práticas de respeito às diferenças podem ser ensinadas” (Minas Gerais, 2018, p.75).

Por espelhamento, a criança acaba aprendendo tanto as situações de mazelas sociais, quanto se livrar da formação de preconceitos e intolerâncias (Minas Gerais, 2018). Assim, reconhecer no estudante, mesmo ainda criança, este potencial de mudança, traz para esta análise a necessidade de identificar quem são estes estudantes CODA matriculados nas escolas municipais e CMEI's. Ainda, traz à gestão, a responsabilidade por apresentar ações que se comprometam com a acessibilidade e a inclusão. Deste modo, o segundo questionário foi iniciado com uma

pergunta referente à idade, ano de matrícula e ano escolar desses alunos. Conforme respostas, foram identificadas cinco crianças CODA na rede municipal, sendo uma matriculada na primeira etapa da Educação Fundamental e quatro pertencentes à Educação Infantil, das quais, três encontra-se no grupo de “crianças pequenas” e uma de “crianças bem pequenas”, conforme termo utilizado na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), para se referir respectivamente ao grupo da faixa etária que varia de 4 anos a 5 anos e 11 meses e 1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses (Brasil, 2017).

Para efeitos dessa discussão, considerando os apontamentos apresentados acima e o objetivo principal da pesquisa, esta análise crítica da prática pedagógica foi desenvolvida a partir de perguntas que abrangeram questões como: identificação dos estudantes e responsáveis, comunicação, desafios e estratégias de acolhimentos.

Os resultados apontaram que dois estudantes CODAS estão matriculados em escolas municipais e três em CMEI's, com idades que variam de dois a dez anos. Apenas umas das matrículas foi realizada por responsável ouvinte, enquanto as demais foram realizadas por pessoa surda, o que de acordo com um dos CMEI's, demandou a realização de leitura labial. A referida instituição também observou que a mãe realiza leitura de textos, ainda que com dificuldade.

Das instituições que responderam à questão sobre comunicação com as famílias em reuniões e outros eventos, três mencionaram utilizar a forma escrita para se comunicar com o responsável, uma dessas, disse utilizar também a comunicação em Libras, forma mencionada como única por uma das escolas. Apenas um CMEI respondeu utilizar outro tipo de comunicação, sendo este realizado por intermédio da tia da criança.

Quanto à garantia que a instituição tem de a comunicação com a família atender as necessidades dos responsáveis, duas instituições responderam que até a data da pesquisa, nenhum desentendimento havia ocorrido, sendo mencionado por um dos pesquisados que a comunicação ocorre por meio de conversa ou mensagem escrita via WhatsApp. Um CMEI respondeu que a comunicação ocorre diretamente com a tia da criança. Duas instituições mencionaram a presença de intérprete de Libras nas reuniões e a necessidade de envio de comunicados por escrito, como recurso para a comunicação.

Das instituições escolares que responderam ao questionário, quatro disseram que o maior desafio é a comunicação. Dessas, três apontaram que a dificuldade ocorre no cotidiano escolar, enquanto uma respondeu que a maior dificuldade ocorre durante as reuniões. Vale ressaltar, que a ausência de intérprete de Libras no dia a dia escolar, foi apontado como um obstáculo por uma das instituições. Apenas um CMEI identificou a adequação do tempo para reunião com a família como um desafio enfrentado pela instituição.

Com relação às iniciativas promovidas e ou sugestões, duas instituições apontaram a oferta de curso de Libras para seus profissionais como uma forma de possibilitar uma maior interação com os responsáveis. A presença de intérprete de Libras também foi sugerida por duas instituições que responderam ao questionário. Um CMEI trouxe como proposta a presença de um educador, que domine a língua de sinais, para acompanhar a criança e toda equipe escolar, promovendo um ambiente envolvido com a língua. Um CMEI respondeu que a comunicação ocorre de forma satisfatória, devido a leitura labial realizada pelo responsável. A mesma instituição demonstrou preocupação com o desenvolvimento da oralidade da criança.

Guiada pelas questões referente a identificação e pela forma de comunicação com as famílias dos estudantes CODA, todas as escolas que participaram da pesquisa, disseram que a identificação dos pais e ou responsáveis surdos ocorreu durante a realização da matrícula. Vale destacar que apenas uma das matrículas foi realizada por ouvinte, sendo esta realizada pela avó, que se colocou à disposição para responder pela criança, além de trazer informações sobre a possibilidade de comunicação direta com os pais, via mensagem escrita.

A escrita foi uma das estratégias apontada pelas escolas na comunicação com as famílias de estudantes CODA. Além da escrita, nas respostas das instituições foram identificadas necessidades de comunicação com as famílias durante a matrícula e nos momentos de reuniões, sendo utilizado intérprete de Libras em duas escolas, em reuniões agendadas. Ainda na comunicação com as famílias dos estudantes, foram mencionadas estratégias como a leitura labial, a escrita e a presença de um parente ouvinte.

Nas escolas e em diferentes espaços ofertantes de serviço ao público, percebe-se a leitura labial e a escrita como estratégias de comunicação com os surdos, conforme identificado nas respostas dos questionários. Por parte do surdo, mesmo reconhecendo os seus direitos, observa-se a concessão da comunicação a um familiar ouvinte, como observado na resposta de uma das escolas pesquisadas. Para Neves, Felipe e Nunes:

Em busca de contornar as dificuldades, são utilizadas formas alternativas de comunicação, como a escrita, mímicas e a presença de um acompanhante, na maioria das vezes um membro da família, visto que nos estabelecimentos não se encontram profissionais que se comuniquem por LIBRAS e nem intérpretes, embora os próprios surdos saibam que esse é um direito que lhes assiste a própria Constituição Brasileira (2016, p.164).

Em face das respostas, inclusive a que se refere à garantia de que a comunicação ocorre de forma efetiva, de modo a atender os anseios e necessidades das famílias, as escolas apontam não haver nenhum desentendimento e que a comunicação ocorre por meio das estratégias utilizadas conforme relatado.

Embora quatro escolas mencionem a Libras como forma de comunicação necessária, sendo através de intérprete da língua ou como formação para seu grupo de profissionais, nenhuma delas trazem elementos que demonstram reconhecer o não uso da língua de sinais como uma barreira na comunicação com as famílias, como possibilidade de estar desconsiderando inclusive a identidade surda e sua forma de comunicar com o mundo.

Chaveiro e Barbosa (2005) apontam que a presença do intérprete de Libras não garante uma inclusão efetiva, embora essa seja correta. Para as autoras, ressurte-se a falta de discutir a verdadeira perspectiva da inclusão, considerando que a participação do intérprete é uma providência pontual. Redondo e Carvalho (2000, p.14), declaram que “os recursos de comunicação adotados pelo surdo, seja ele mais ou menos oralizado, não podem ser usados para caracterizá-lo como pessoa”. É preciso, portanto, considerar a trajetória de vida do surdo, a forma como ele organiza sua língua e como seu modo de se comunicar possibilita sua integração nos diferentes espaços sociais.

Na prática, parece que tem se visto não somente a falta de aplicabilidade da legislação, como é o caso do Decreto nº 5.296/2004, que garante a presença de profissional no atendimento para pessoas com deficiência auditiva e no trato com aquelas que não se comunicam em Libras. Tais situações, podem ser inclusive o caso das famílias dos estudantes CODA, tendo em vista que as informações da ficha de matrícula, demonstraram ser insuficientes para identificar uma possível deficiência dos pais ou responsáveis desses estudantes. Ainda existe a possibilidade de não haver uma reflexão sobre a trajetória do surdo, sobre a acessibilidade comunicacional e sobre a inclusão.

Para as escolas participantes da pesquisa, a utilização de estratégias de comunicação com as famílias dos estudantes CODA parece garantir uma comunicação eficaz e o atendimento das necessidades dos responsáveis. Embora reconheçam que a ausência de intérprete de Libras represente um desafio, as instituições escolares buscam utilizar meios variados para se comunicar com os pais ou responsáveis surdos, e por isso, acreditam que permitem a participação deles na vida escolar de seus estudantes, promovendo acessibilidade.

Ainda que a pesquisa se oriente pela perspectiva da escola em relação às famílias, é imprescindível considerar o sujeito que possibilita esta relação, ou seja, o estudante/filho CODA. Vivendo entre o mundo ouvinte e o mundo surdo, este sujeito tem uma forma distinta de perceber a língua e toda a cultura de uma comunidade. Viver na zona fronteira, “pode influenciar no processo de formação da(s) identidade(s) e subjetividade das crianças que têm pais surdos e, conseqüentemente, em seu desenvolvimento escolar” (Streiechen, Cruz e Krause-Lemke, 2019, p. 268).

Em uma das escolas pesquisadas, observou-se uma preocupação específica com o desenvolvimento da linguagem oral por parte da criança, destacando-se a necessidade de estímulos orais promovidos pela instituição. Embora esse seja o único aspecto evidenciado como foco de atenção em relação à criança, nota-se uma sensibilidade importante ao reconhecer características singulares desse estudante, que vive entre o mundo ouvinte e o mundo surdo.

Adotar um olhar sensível diante dessa realidade é fundamental, uma vez que a surdez ainda provoca estranhamento em grande parte da sociedade e carrega

consigo certo estigma, fazendo com que pais e filho “precisem constantemente equacionar os diversos problemas e necessidades que encontram diariamente não somente pela surdez, mas, sobretudo pela falta de conhecimento e empatia do outro em relação a esses desafios” (Streiechen, Cruz e Krause-Lemke, 2019, p. 268 e 269).

Quadros e Masutti, diz que “a empatia é um dos elementos que reforça a busca por estratégias adequadas para atender de fato as necessidades do outro” (2007, p. 261). Três das escolas que responderam ao questionário sugeriram como estratégia a atuação de intérpretes de Libras em suas unidades. Duas delas destacaram que a presença desse profissional deve ser constante durante todo o período em que a criança CODA estiver matriculada na instituição, como forma de garantir o pleno acesso à comunicação e interação com os responsáveis. A terceira escola ressaltou a importância da atuação do intérprete, especialmente em reuniões escolares, informando que atualmente esse suporte é oferecido quando o encontro é previamente agendado.

O uso do intérprete de Libras em reuniões escolares foi mencionado por duas escolas em momentos distintos do questionário, indicando que a participação desse profissional tem ocorrido, principalmente, em reuniões agendadas com alguma antecedência. Segundo uma das escolas, essa intervenção foi viabilizada por meio de solicitação à Secretaria de Educação. Isso demonstra que há iniciativas pontuais sendo promovidas pela Secretaria, mas somente a partir das demandas apresentadas pelas próprias instituições escolares. No entanto, torna-se essencial que essas ações sejam amplamente divulgadas, de forma a inspirar e orientar outras unidades escolares a adotarem práticas semelhantes. A socialização dessas experiências contribui não apenas para a disseminação de boas práticas, mas também para a construção de uma rede de apoio mais efetiva à inclusão, garantindo que todos os pais ou responsáveis surdos tenham acesso à comunicação e à participação escolar.

Uma gestão municipal articulada com a gestão escolar é essencial para garantir uma educação de qualidade e acessível a todos. Quando esses dois níveis de gestão trabalham juntos, é possível planejar ações integradas que considerem as reais necessidades das escolas e de suas comunidades. Isso inclui políticas públicas voltadas à acessibilidade e à inclusão, promovendo ambientes que respeitem a diversidade de toda a sua comunidade escolar. Krawczyk, destaca “o importante

papel articulador da gestão escolar entre as metas e os delineamentos político-educacionais e sua concretização na atividade escolar” (1999, p. 117). Para ela, a gestão escolar ocupa um espaço privilegiado de encontro entre o Estado e a sociedade civil (1999, p. 117). Para tanto, é preciso empenhar-se em uma administração municipal comprometida com a educação, fortalecendo o papel da escola como espaço de transformação social.

A oferta de um curso de Libras para os profissionais da instituição onde o aluno CODA está matriculado foi sugerida por duas escolas, como uma estratégia que a médio e longo prazo teriam potencial transformador. Essa proposta visa capacitar os profissionais da instituição, promovendo a inclusão e o respeito à diversidade linguística. Mesmo que em outro momento a ausência do uso da Libras não tenha sido apontada como uma barreira na comunicação com as famílias, verifica-se na fala das escolas uma atuação que tem como propósito a transformação da realidade, que sendo sustentada por dimensões éticas e políticas, acaba por ser transformadora do próprio indivíduo. Para Stetsenko, “dimensões éticas e propósitos são inerentes ao modo como fazemos as coisas; ou melhor, elas são essenciais para agir e perceber o mundo em práticas transformadoras colaborativas e, portanto, para também conhecer e ser (2021, p. 26).

Ainda, em conformidade com a Lei nº 10.436/2002, que reconhece a Língua Brasileira de Sinais (Libras) como meio legal de comunicação e expressão, esta iniciativa sugerida pelas instituições escolares, reafirma direitos garantidos e deveres do poder público, destacando a presença de intérpretes de Libras em espaços públicos, bem como a difusão e promoção da língua.

A importância do uso e da difusão da Libras nas escolas vai além da presença de um intérprete. Ainda que este profissional, por si só, não garanta a plena inclusão da pessoa surda, sua atuação permite que a Libras esteja presente no cotidiano escolar, tornando-a visível e acessível à comunidade. Nesse sentido, as escolas apontaram a comunicação em Libras como um dos principais desafios enfrentados, ao mesmo tempo em que a consideraram uma sugestão fundamental para promover a inclusão. A valorização e o incentivo ao uso da Libras são, portanto, passos essenciais para construir um ambiente mais inclusivo e com respeito à diversidade linguística.

A centralidade da pesquisa deu-se na relação da escola com as famílias de estudantes CODA matriculados na rede municipal. O ponto de partida foram as informações presentes na ficha de matrícula dos estudantes ou extraídas a partir dela, que possam servir como subsídios para promoção da acessibilidade, em especial comunicacional, tendo em vista o acolhimento e a interação da escola com os pais ou responsáveis surdos. Essa reflexão busca promover uma atuação mais ampla, baseada na compreensão de que “cada cultura tem a sua forma de construir e pensar a diferença. Não podemos pensar em paradigmas homogeneizadores e conceber a inclusão sem pensar nos processos linguísticos, sociais, culturais, epistemológicos para acessar o conhecimento” (Brasil, 2008, p. 20 - 21). Neste sentido, não é possível pensar a inclusão sem conhecer os pais ou responsáveis surdos envolvidos no processo de ensino-aprendizagem de seus filhos/estudantes. A participação dessas famílias é essencial para a construção de práticas inclusivas efetivas. Além disso, não dá para promover a inclusão sem considerar quatro eixos fundamentais trazidos por Freire “(1) é um direito fundamental, (2) obriga a repensar a diferença e a diversidade, (3) implica repensar a escola (e o sistema educativo) e (4) pode constituir um veículo de transformação da sociedade” (2008, p.8).

Por fim, é importante salientar que, embora a pesquisa parta da relação entre a escola e a família, é fundamental considerar as características do estudante CODA como um aspecto relevante, tendo em vista, sua íntima relação com o mundo surdo, ainda que esse seja ouvinte. Segundo Quadros e Massutti, “o reconhecimento dessas características culturais, sociais e linguísticas, que deveriam ser tomadas como elementos relevantes para o seu processo interativo escolar, é neutralizado” (2007, p. 256). Nesse sentido, refletir sobre as relações que podem se estabelecer no espaço escolar é essencial para o desenvolvimento do estudante CODA, além de representar uma oportunidade de promover a difusão e o uso da Libras.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta pesquisa, investigou-se a relação entre a escola e as famílias de estudantes CODA, compreendendo como ocorreu a identificação dos pais ou responsáveis desses estudantes e a dinâmica estabelecida no cotidiano escolar. Observou-se que nenhuma das instituições escolares envolvidas mencionou a

participação das famílias em outros eventos escolares para além dos encontros formais, como reuniões pedagógicas.

Os dados obtidos em relação à Secretaria de Educação permitiram concluir que as informações sobre os responsáveis legais são insuficientes para identificar alguma deficiência ou mobilidade reduzida, tratando-se mais especificamente da pesquisa, pai ou responsável surdo. Essa ausência de dados compromete o planejamento e a implementação de ações inclusivas e dificulta o acesso das famílias às atividades escolares e à construção de um ambiente verdadeiramente acolhedor e acessível para todos.

Em relação aos dados obtidos por meio do retorno das escolas e CMEI's, foi possível considerar alguns aspectos: o primeiro deles é o fato de que desde a matrícula de seus filhos, os pais ou responsáveis podem enfrentar dificuldades quanto à comunicação, tendo em vista a não presença de intérprete de Libras ou pessoa capacitada para o trato à pessoa surda que não utiliza a língua de sinais, conforme previsto na legislação sobre o atendimento à pessoa surda.

Especificamente sobre os desafios enfrentados pelas escolas, observou-se que foram citados dois exemplos da presença de intérprete de Libras em reuniões, considerando, portanto, que o município tem realizado ações nesses momentos, o que de acordo com uma das escolas só foi possível a partir de solicitação à Secretaria. Ainda com relação ao intérprete de Libras, as instituições escolares trouxeram a falta deste profissional como um desafio no dia a dia escolar, enquanto sua presença possibilitaria a comunicação em língua de sinais, promovendo a acessibilidade dos responsáveis.

Sobre as estratégias de comunicação, as instituições escolares apontaram: informações por escrito, leitura labial, presença de um parente ouvinte e a utilização de intérprete de Libras, ocorridas especificamente em duas reuniões previamente agendadas.

É importante destacar que, sob a perspectiva da acessibilidade e inclusão, a participação plena das famílias de estudantes CODA deve ser garantida por meio de estratégias e recursos adequados, respeitando sua diversidade cultural.

Sugere-se como forma de promover um ambiente mais preparado para acolher as diferentes necessidades das famílias e instituições escolares: formação continuada para os profissionais das instituições escolares, em Língua Brasileira de Sinais e ou com foco na convivência com a pessoa surda; promoção de ações que permitam eliminar barreiras, ou seja, possibilitem conhecer previamente os pais e ou responsáveis, que possuem filhos/estudantes matriculados nos CMEI's e escolas municipais, especialmente aquelas que fazem parte da comunidade surda; além da comunicação efetiva da Secretaria, com as escolas e CMEI's do município, de modo que, todas as instituições escolares tenham ciência das ações que dão acesso à participação do intérprete de Libras em reuniões e em outros momentos que a presença deste profissional se fizer necessária.

Além das sugestões elaboradas a partir das devolutivas dos questionários, destaca-se também: a implementação de ações que promovam um canal de diálogo efetivo com os pais e/ou responsáveis da comunidade surda, de modo a desenvolver estratégias que acolham as famílias e os filhos/estudantes CODA; necessidade de se conhecer profundamente aspectos que caracterizam a cultura e identidade surda; além da importância da Secretaria disponibilizar comunicados e documentos em formato de vídeo com interpretação em Língua Brasileira de Sinais, garantindo maior acessibilidade e contribuindo para a difusão da Libras.

REFERÊNCIAS

ALBERTON, B. F. A.; ANTUNES, A. C. F. Coda e as suas duas línguas: experiências de vida de mães surdas. *In*: ROSA, E. F.; LOPES, L. B. (org.). **Aprender, Debater e praticar temáticas para a disciplina de Língua Brasileira de Sinais no Ensino Superior**. São Paulo: Pimenta Cultural, 2024. p. 53 – 64. Disponível em: https://www.pimentacultural.com/wp-content/uploads/2024/04/eBook_aprender-debater.pdf. Acesso em: 02 jun. 2025.

ANDRADE, P. R. **Identidade de filhos ouvintes quando os pais são surdos**: uma abordagem sociológica sobre o processo de socialização. 2011. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2011. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/tesdeserver/api/core/bitstreams/404cf524-171e-4af7-800d-48e12e0bf6f3/content>. Acesso em: 15 jun. 2025.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Imprensa Oficial, 1988. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade->

[legislativa/legislacao/constituicao1988/arquivos/ConstituicaoTextoAtualizado_EC%20135.pdf](#). Acesso em: 10 jul. 2025.

BRASIL. Lei Nº 10.436 de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2002, 23 p. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm. Acesso em: 14 abr. 2025.

BRASIL. Decreto Nº 5.296 de 02 de dezembro de 2004. Regulamenta as Leis nºs 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2004, 5 p. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm. Acesso em: 20 mar. 2025.

BRASIL. Decreto Nº 5.626 de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2005, 28 p. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm. Acesso em: 14 abr. 2025.

BRASIL. Lei Nº 13.146 de 06 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2015, 2 p. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 18 mar. 2025.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: MEC, 2017. Disponível em: https://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf. Acesso em: 02 maio 2025.

BRASIL. Lei Nº 14.704 de 25 de outubro de 2023. Altera a Lei nº 12.319, de 1º de setembro de 2010, para dispor sobre o exercício profissional e as condições de trabalho do profissional tradutor, intérprete e guia-intérprete da Língua Brasileira de Sinais (Libras). **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2023, 5 p. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2023-2026/2023/Lei/L14704.htm. Acesso em: 18 mar. 2025.

BRASIL. Secretaria de Educação Especial – SEESP/MEC. **Inclusão**: Revista da Educação Especial. Brasília, v.4, n. 1. Secretaria de Educação Especial, 2008. 67 p. Disponível em: <https://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/revinclusao5.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2025.

CHAVEIRO, N.; BARBOSA, M. A. Assistência ao surdo na área de saúde como fator de inclusão social. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**. São Paulo, v. 39, n. 4, p. 417 – 422, 2005. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/reeusp/a/jWkbsrPtGBnkwZ6njsDPkiz/?lang=pt>. Acesso em: 15 maio 2025.

FREIRE, Sofia. **Um olhar sobre a inclusão**. *Revista da Educação*, Lisboa, v. XVI, n. 1, p. 5 – 20, 2008. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10451/5299>. Acesso em: 09 jun. 2025.

GERHARDT, T. E.; RAMOS, I. C. A.; RIQUINHO, D. L.; SANTOS, D. L. Estrutura do projeto de pesquisa. *In*: GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T (org.). **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: UFRGS, 2009. p. 65 – 87.

KRAWCZYK, Nora. A gestão escolar: Um campo minado... Análise das propostas de 11 municípios brasileiros. *Educação & Sociedade*, ano XX, n. 67, p. 112 – 149, 1999. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/es/a/7Sm6JNKBy75kdpW6tFyS4fP/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 08 jun. 2025.

MINAS GERAIS. **Currículo Referência de Minas Gerais – CRMG**. Minas Gerais, MG: Secretaria de Estado da Educação, 2018. Disponível em:

https://drive.google.com/file/d/1MWlv4JKcei5_OMhpMFF10ENdhgpsH0FW/view. Acesso em: 02 maio 2025.

NEVES, D. B.; FELIPE, I. M. A.; NUNES, S. P. H. Atendimento aos surdos nos serviços de saúde: acessibilidade e obstáculos. *Revista Infarma Ciências farmacêuticas*, São Luís, v. 28, p. 157 - 165, 2016. Disponível em: <https://cff.emnuvens.com.br/infarma/article/view/1713>. Acesso em: 30 maio 2025.

NUNES, L. A.; LIMA, D. C. R.; VALQUES, I. J. B.; SOARES, P. F. Acessibilidade e inclusão social no campus da universidade estadual de Maringá/PR. *In*: **Congresso Brasileiro de Educação em Engenharia – COBENGE**, XXXV, 2007. p. 1 - 11 Maringá. Disponível em:

<https://abenge.org.br/cobenge/legado/arquivos/12/artigos/384-Diana%20Carla%20Rodrigues%20Lima.pdf>. Acesso em: 02 jun. 2025.

OLIVEIRA, C. B. E.; MARINHO-ARAÚJO, C. M. A relação família-escola: intersecções e desafios. *Estudos de Psicologia*. Campinas, v. 27, n. 1, p. 99 – 108, 2010. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/estpsi/a/CM3Hj6VLtm7ZMxD33pRyhkn/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 25 maio 2025.

PREFEITURA DE ITABIRITO. **Secretaria Municipal de Educação**. Itabirito, MG, 2019-2025. Disponível em: <https://itabirito.mg.gov.br/secretaria/secretaria-municipal-de-educacao/>. Acesso em: 25 maio 2025.

QUADROS, R. M.; MASUTTI, M. Códas brasileiros: Libras e português em zonas de contato. *In*: QUADROS, R. M.; PERLIN, G. (org.). **Estudos surdos II**. Petrópolis: Arara Azul, 2007. p. 238-266.

REDONDO, M. C. F.; CARVALHO, J. M. A pessoa surda: do diagnóstico à participação social. *Cadernos da TV Escola*, Brasília, v.1, p. 1 – 63. Disponível em:

<https://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/deficienciaauditiva.pdf>. Acesso em: 01 jun. 2025.

SILVA, M. M. O Coda, filhos ouvintes de pais surdos, e a Tradução e Interpretação de Libras: O que encontramos?. **Belas Infiéis**, Brasília, v. 8, n. 1, p. 37-53, 2019. Disponível em:

<https://periodicos.unb.br/index.php/belasinfiéis/article/view/22611/20471>. Acesso em: 01 maio 2025.

SILVEIRA, D. T.; CÓRDOVA, F. P. A pesquisa científica. *In*: GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T (org.). **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: UFRGS, 2009. p. 31 – 42.

STETSENKO, Anna. Ético-ontopistemologia ativista: pesquisa e estudo de resistência. Tradução de Janete Bridon. *In*: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (Org.). **Ética e pesquisa em Educação: subsídios**. Rio de Janeiro: ANPED, 2021. p. 20-30. Recurso eletrônico. Disponível em:

https://prp.unicamp.br/wp-content/uploads/sites/4/2024/09/2etica_e_pesquisa_em_educacao_v._2_agosto_2021_1-1-2.pdf. Acesso em: 12 jul. 2025.

STREIECHEN, E. M.; CRUZ, G. C.; KRAUSE-LEMKE, C. Filhos ouvintes de pais surdos: linguagem, identidade(s) e escolaridade. **Revista X**, Curitiba, v. 1, n. 4, p. 256-276, 2019. Disponível em:

<https://revistas.ufpr.br/revistax/article/view/66076/39468>

**APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE
ITABIRITO**

Data do preenchimento do questionário: ____/____/____

Nome do profissional que respondeu o questionário: _____

Cargo que ocupa na SEMED: _____

1) No ato da matrícula, nos Centros Municipais de Educação Infantil (CMEI) e escolas municipais, são adquiridas quais informações referente aos pais ou responsáveis?

2) Quais CMEI's e escolas municipais possuem aluno CODA?

**APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO: CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
INFANTIL E ESCOLA MUNICIPAL DE ITABIRITO QUE POSSUEM ESTUDANTE
CODA**

De acordo com informações da Secretaria de Educação, a instituição em questão possui estudante CODA. Segue questionário para processo de pesquisa na rede municipal:

Identificação do CMEI/Escola: _____

Nome dos profissionais que responderam o questionário: _____

Cargos que ocupam na Escola ou CMEI: _____

Data do preenchimento do questionário: ____/____/____

1) Identificação do estudante:

Ano da matrícula: _____

Ano escolar: _____

Idade: _____

2) Como vocês identificaram que os pais e ou responsáveis são surdos?

3) Qual a forma de comunicação que a escola realiza com a família em reuniões, eventos e outras atividades escolares.

() Libras.

() Escrita.

() Outra. Qual? _____

4) Qual a garantia que vocês (escola) têm de que a comunicação realizada com a família atende as necessidades dos responsáveis?

5) Qual o maior desafio encontrado pela escola na comunicação com os pais e ou responsáveis por este estudante?

6) Qual iniciativa, promovida pela escola ou sugestão a partir das observações, a escola acredita ser necessária para aprimorar a identificação e a comunicação com a família do estudante CODA?